

# Ata de Reunião - 15 de março de 2004

por Cep — publicado 16/03/2004 00h00, última modificação 11/12/2014 13h21

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2004

Local: Sala de reuniões, 12º andar, Nº 9, Rua da Candelária, Rio de Janeiro - RJ

Presentes:

Antoninho Trevisan  
Celina Vargas do Amaral Peixoto  
João Camilo Penna  
João Geraldo Piquet Carneiro (Presidente)  
Maria Victoria Benevides  
Marcílio Marques Moreira

1. Foi aprovada a proposta de agenda para a reunião, assim como a ata da reunião realizada em 10.2.2004.

2. Inicialmente, foi analisada a conjuntura do ponto de vista dos objetivos institucionais da Comissão. Houve consenso de que, além do aperfeiçoamento dos instrumentos de repressão aos desvios de conduta dos servidores, dever-se-ia adotar uma política de prevenção da corrupção, em linha com o Programa de Governo, consubstanciada no documento “Combate à Corrupção – Compromisso com a Ética”.

3. Foram prestados os seguintes informes:

3.1 Realização do Fórum sobre Conflito de Interesses, nos dias 5 e 6.5.2004, por iniciativa da CEF e OCDE em cooperação com OEA, BID, CGU, BNDES, PETROBRÁS e SERPRO. Contudo, em razão da falta de recursos, o evento deverá restringir-se à participação de 60 funcionários de cúpula do Brasil e do exterior no Rio, com possibilidade da transmissão dos trabalhos para auditório em Brasília, onde poderão estar presentes até 100 representantes setoriais da CEP e outros convidados.

3.2 Apresentação por Antonio Grassi de informe sobre sua agenda de trabalho. Os presentes examinaram e entenderam estar em linha com os compromissos assumidos pelo mesmo com a Comissão.

3.3 Expedição de nota de esclarecimento sobre uso de carros oficiais por ministros, em razão de questionamentos da imprensa e conforme solicitação informal de posicionamento do ministro Palocci, que pediu maiores esclarecimentos sobre eventuais restrições.

4. Em relação às pendências, a Comissão assim se posicionou:

4.1 Roberto Pinho – Para deliberar sobre sua solicitação no sentido de examinar a adequação ética de sua participação no processo que envolveu a implementação do Projeto das Bases de Apoio à Cultura, compreendido no Programa Cidade Aberta, do MinC, decidiu solicitar ao ministro da Cultura: a) o teor das normas aplicáveis à tramitação de termos de parceria com OSCIPS, a exemplo do firmado com o IBRAC; b) participação que tiveram o MinC e seus servidores, de caráter institucional ou pessoal, na criação do IBRAC e na escolha de seus dirigentes.

4.2 Gilberto Gil – Por considerar que os registros constantes de sua agenda oficial de trabalho não permitem o acompanhamento do exato cumprimento dos compromissos éticos assumidos no que concerne ao exercício profissional de atividades de caráter particular, pedir que sejam indicados os locais, as datas, os contratantes e patrocinadores dos eventos de que participou desde a posse na função pública, com a indicação dos responsáveis pelas despesas de deslocamento e estada.

4.3 José Viegas – Em razão dos esclarecimentos prestados pelo ministro a propósito de sua viagem ao Mato Grosso, em avião da FAB, acompanhado de familiares, a partir de denúncia do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, entendeu a Comissão, quanto aos aspectos estritamente éticos, haver se tratado de viagem em cumprimento de agenda oficial compatível com as normas que disciplinam o uso de aeronaves da FAB para transporte de autoridades. Com relação à solicitação do deputado Hauly para apurar eventual ato de improbidade administrativa pelo ministro da Defesa, por se tratar de matéria que extravasa a competência da Comissão, houve deliberação pelo encaminhamento para exame por parte da área jurídica da Casa Civil. Finalmente, entendeu a Comissão pela conveniência de recomendar ao Ministério da Defesa estudos para a explicitação da hipótese de viagem de familiares sem que façam parte de comitiva oficial, caso em que poder-se-ia adotar forma de cobertura de custos mediante, por exemplo, o recolhimento de quantia equivalente ao menor custo de passagem comercial aplicável ao mesmo percurso.

4.4 Eunício Oliveira – O ministro não prestou as informações solicitadas, devendo o assunto ser objeto de exame na próxima reunião.

4.5 Tarso Genro – Considerando denúncia recebida, sobre supostos honorários advocatícios recebidos em causas envolvendo entidades vinculadas ao MEC, a Comissão entendeu que o ministro informou adequadamente a alienação de suas cotas no escritório de advocacia que integrava antes de assumir a função pública. No comunicado ao ministro sobre tal entendimento, solicitar que preste qualquer nova informação sobre sua situação patrimonial, atualizando sua DCI, adicionando, se for o caso, esclarecimentos sobre outras providências que haja adotado em relação a sua retirada da mencionada sociedade.

4.6 Transparência Brasil – A denúncia deixou de ser examinada uma vez que o diretor do MT, Alexandre Graviloff, ainda não prestou as informações solicitadas. O assunto deverá constar da agenda da próxima reunião.

4.7 Carnaval – Em razão da denúncia recebida do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, a Comissão decidiu solicitar esclarecimentos aos ministros Gilberto Gil, Ciro Gomes, Dilma Rousseff e Jaques Wagner sobre a participação em camarotes por ocasião do Carnaval, em suposto descumprimento das normas do CCAAF.

4.8 João Grandino Rodas – Em razão de denúncia do Deputado Luiz Carlos Hauly, o presidente do CADE foi solicitado a prestar esclarecimentos sobre supostas declarações relacionadas a decisão do próprio Conselho, em infringência do disposto no inciso I, do art. 12, do CCAAF.

5. A Secretaria Executiva prestou as informações de rotina sobre o grau de cumprimento da obrigação de apresentação da Declaração Confidencial de Informações. Os omissos receberam notificações para cumprimento dessa obrigação.

6. Cumprida a agenda, a próxima reunião foi marcada para 12.4.2004, em São Paulo.

MB